

ONGs e políticas neoliberais no Brasil, **de Joana A. Coutinho**

Florianópolis: Editora UFSC, 2011. 147p.

Ilse Gomes Silva

Doutora em Ciências Sociais – Política;
Professora da UFMA

No início da década de 1980 o cenário político brasileiro foi marcado pela presença dos chamados novos movimentos sociais, que na sua diversidade social e heterogeneidade de concepções políticas lutaram pelo fim da ditadura militar, democratização do Estado e participação popular. Esses movimentos suscitaram uma ampla e rica bibliografia acadêmica que polemizou sobre o protagonismo desses sujeitos sociais na transformação da sociedade brasileira. Nas palavras de Sader (1988), quando esses “novos personagens entraram em cena” não questionaram apenas a estrutura e o regime político, mas inovaram nas formas de organização e de prática política até então presente nos movimentos sociais anteriores a essa década.

Esses “novos movimentos sociais” com outros sujeitos sociais, como partidos políticos e movimento sindical, lograram conquistar mudanças significativas, de modo que, ao final da década de 1980, o Brasil tinha feito sua transição para um regime civil com características democráticas, com a nova Constituição Federal. A partir desse momento ocorreu uma reorganização das forças político-partidárias e os novos movimentos sociais se consolidaram no cenário nacional, sofrendo, entretanto, as vicissitudes dos embates entre os projetos políticos de sociedade. A década de 1990 se inicia com parte considerável dos movimentos sociais inseridos na dinâmica do aparelho do Estado, deixando no passado a radicalidade de suas propostas e as críticas às políticas governamentais.

Joana A. Coutinho em *ONGs e políticas neoliberais no Brasil* nos apresenta a década de 1990 com as ONGs e o chamado Terceiro Setor assumindo a cena política nos processos de reorganização da sociedade civil e da relação Estado/classes sociais que implicaram na consolidação das políticas neoliberais no Brasil.

A autora, em sua análise crítica e original, percorre a década de 1990 reconstituindo a trajetória das ONGs e a constituição do Terceiro Setor em suas múltiplas determinações econômicas, políticas e ideológicas.

De modo corajoso tece críticas a vários autores que também trataram do tema, acrescentando elementos novos para a compreensão do fenômeno. É nesse momento que a originalidade da análise se ascende visto que a autora em nenhum momento negligencia a relação de determinação/constituição dos espaços nacionais e transnacionais de reestruturação do capitalismo na consolidação das ONGs como sujeitos privilegiados eleitos pelos governos na implementação de políticas estatais. Joana Coutinho desenvolveu essa pesquisa em seu doutoramento em Ciências Sociais, pela PUC/SP e, neste momento, nos presenteia com a publicação, socializando suas reflexões acadêmicas para além dos frequentadores da biblioteca.

A forma de exposição do conteúdo da pesquisa nos permite percorrer a temática em várias dimensões em sua íntima relação. Na dimensão histórica, as ONGs e o Terceiro Setor vão sendo descortinados deixando à vista o processo de transformação de “centros de assessorias” em parceiras dos governos em seu discurso de atingir a inclusão/exclusão social na formação de políticas estatais e como as ONGs massificam e materializam essa concepção de intervenção estatal.

A dimensão política é apresentada principalmente ao expor a relação das ONGs e do Terceiro Setor com o aparelho de Estado. Situa essa relação como dimensão estrutural do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado implementado pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1995. A reforma do Estado, em âmbito transnacional surge como uma das alternativas à crise econômica das últimas décadas do século XX que atingiu o conjunto das relações sociais. O Estado, ao ser responsabilizado pelos ideólogos neoliberais pela crise, se reestrutura de acordo com as necessidades ditadas pela esfera econômica.

No Brasil, o processo de reforma do aparelho Estado empreendeu uma ação agressiva contra os direitos sociais conquistados através das lutas sociais dos anos 1980 e modifica a natureza universalista e pública das políticas estatais. Essa reforma ampliou a penetração do capital externo, privatizou empresas estatais, estabeleceu mudanças constitucionais que flexibilizaram a relação capital/trabalho no país, intensificando a precarização das condições de trabalho, fragilizou o tímido sistema de proteção social.

As ONGs e o Terceiro Setor se encaixaram no Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado através da redefinição da área de intervenção do Estado que abriu a prestação de serviços públicos, antes de exclusividade do Estado, como educação e saúde, para a iniciativa privada. Joana Coutinho se dedica a detalhar esse processo ao discutir a relação pública e privada no sistema capitalista, enquanto coloca a questão: Estado e ONGs: oposição ou complementaridade?

Na dimensão econômica e ideológica, aponta o papel das ONGs e do Terceiro Setor nas políticas de geração de emprego e renda e na reciclagem da imagem das empresas com o selo de “responsabilidade social” ou “empresas cidadãs”. Essas empresas “[...] atuam com políticas sociais focais e localizadas: um eficiente marketing promotor da ‘imagem da empresa’ e ampliador de seus lucros [...]” (p.83). Esse mecanismo tem um efeito perverso: enquanto incentiva o voluntariado, transforma “[...] a solidariedade, própria das práticas sociais das classes populares, em mais um mecanismo institucionalizado de exploração de classe.” (p.83).

A autora encerra sua exposição demonstrando a contradição política presente na organização dos Fóruns Sociais Mundiais. Ao surgirem como alternativa política ao Fórum Econômico Mundial e como espaço de resistência ao neoliberalismo e de terem como utopia “um outro mundo é possível” são organizados essencialmente por ONGs que, em sua prática política, não tem como horizonte um projeto político socialista, pelo contrário “[...] diluem, na ‘sociedade civil’, a natureza de classe dos componentes: corporações multinacionais, bancos, máfias, junto a movimentos sociais, sindicatos, entidades civis, demonizando conjuntamente o Estado.” (p.112).

Essa é uma leitura obrigatória para todos aqueles que têm o compromisso com o saber crítico e estão engajados no processo de transformação social.

Referência

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.